

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO IX- Nº 71 - JUNHO DE 2021

[f](#) [t](#) [i](#) [v](#) @adufgsindicato

INIMIGO DA EDUCAÇÃO

Foto: Diogo Fleury

Páginas 8 e 9



CORTE ORÇAMENTÁRIO

ESCANCARA PLANO DE

BOLSONARO PARA DESTRUIR

UNIVERSIDADES FEDERAIS

UFCAT

CONHEÇA
O TRABALHO
DO COMITÊ
DE ÉTICA EM
PESQUISA
COM ANIMAIS

Página 6

PRESERVAÇÃO

PESQUISADORES
DA UFG REALIZAM
PLANO DE
MANEJO DA
SEDE CAMPESTRE
DO ADUFG

Página 12

CIÊNCIA

ESTUDO DO
INSTITUTO DE
FÍSICA APOSTA EM
NANOMEDICINA
CONTRA O
CÂNCER

Página 13

TRAJETÓRIA

PROFESSOR JOSÉ
GARCIA NETO FALA
SOBRE A PAIXÃO
PELO ENSINO

Página 16

prestação de contas***Janeiro de 2021**

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiações - Mensalidades	411.430,74
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.503,17
1.4	Receitas Financeiras	8.449,46
1.5	Outras Receitas	4.739,87
1.6	Resgate de aplicações financeiras	79.420,66
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	1.024,18
Total R\$		504.519,72

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	82.542,87
2.1.2	Encargos Sociais	24.872,72
2.1.3	Seguro de Vida	764,22
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	2.563,91
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	0,00
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.336,82
Total R\$		112.729,54

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.455,68
2.2.2	Despesas com Correios	2.984,69
2.2.3	Energia Elétrica	3.945,83
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.574,26
2.2.5	Honorários Contábeis	4.116,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	5.067,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.771,02
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	584,90
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	585,95
2.2.13	Serviços de Informática	1.869,95
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	1.440,00
2.2.15	Água e Esgoto	518,31
Total R\$		39.733,49

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	1.751,78
2.3.2	Despesas com Táxi	75,06
2.3.3	Despesas com Coral	4.418,00
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	807,00
2.3.6	Tarifas Bancárias	684,60
2.3.7	Lanches e Refeições	843,68
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	4.251,83
2.3.10	Manutenção de Veículos	65,80
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.677,00
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	4.365,49
2.3.16	Hospedagens Hotéis	336,00
2.3.17	Material de expediente	164,69
2.3.18	Outras despesas diversas	2.204,79
2.3.19	Manutenção e Conservação	852,68
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	1.767,18
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.727,50
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	2.419,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		28.412,08

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	7.079,29
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	117,58
Total R\$		7.196,87

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Profes Federação	27.784,04
Total R\$		27.784,04

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		215.856,02
3 Resultado do exercício 01.2021 (1-2)		288.663,70

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	133.979,94
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		133.979,94

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	40,00
Total R\$		40,00

Total Geral dos Investimentos R\$		134.019,94
5 Resultado Geral do exercício 01.2021 (3-4)		154.643,76

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

***AS PRESTAÇÕES DE CONTAS
DOS MESES ANTERIORES
ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE
WWW.ADUFG.ORG.BR**

EDITORIAL**PÃO, VACINA E
EDUCAÇÃO**

Quando a edição 71 do Jornal do Professor estava sendo finalizada, centenas de sindicatos, movimentos sociais e estudantes de todo o Brasil se preparavam para o segundo ato público contra as ações do governo Bolsonaro, responsável pela pior crise de saúde, econômica, política e estrutural da história recente.

A primeira manifestação foi em 29 de maio. Unidos de máscara de proteção facial, álcool em gel e muita vontade de lutar os manifestantes percorreram ruas de todo o País. Afinal, o governo de Jair Bolsonaro tem mostrado, desde o início da pandemia, que é mais perigoso do que o próprio coronavírus (Covid-19).

Bolsonaro recusou propostas de vacina, defendeu tratamentos precoces sem comprovação científica, considerou a pandemia superdimensionada, incentivou que as pessoas não utilizassem máscara de proteção, foi contra medidas de distanciamento social e debochou da dor daqueles que perderam familiares e amigos para a doença. O resultado de tudo isso é estarrecedor: 500 mil pessoas mortas pelo vírus no Brasil. Mesmo assim, a vacinação da população segue em ritmo lento.

Além da crise de saúde, o Brasil também tem que enfrentar problemas das mais diversas ordens. Nesta edição, o Jornal do Professor aborda, entre outros temas, os impactos que o corte orçamentário vai provocar nas universidades federais do Brasil, que tanto têm contribuído no enfrentamento à pandemia. A publicação também traz a cobertura da consulta acadêmica para a nova Reitoria da UFG e apresenta ações desenvolvidas pela UFJ e pela UFCAT.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO IX - Nº 71

JUNHO de 2021

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Colaboração: Renato Costa
**(Aluno de Estágio
Supervisionado da UFG)**

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 16/06/2021

Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](http://adufgsindicato)

www.adufg.org.br



**Orlando A. V.
do Amaral***

OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS NA EDUCAÇÃO E O FUTURO DA CIÊNCIA NO BRASIL

Cortes, restrições e bloqueios orçamentários no orçamento de universidades e agências governamentais de fomento (CNPq, Capes, Finep, entre outras) não são, infelizmente, novidade para professores, pesquisadores e gestores universitários no Brasil. O que há de peculiar no período recente, de 2014 a 2021, no entanto, é a sistemática e prolongada tendência, confirmada ano a ano, de diminuição dos recursos federais destinados à manutenção das atividades das universidades e, em geral, ao desenvolvimento da educação e da ciência no Brasil. Mais que isso, o que torna mais grave a situação a partir de 2018, são os ataques às instituições da área da educação no Brasil que partem, muitas vezes, do próprio governo federal, e que buscam diminuir o papel destas instituições, restringir sua autonomia, e desqualificá-las perante a sociedade. Negar a ciência, desastrosamente, passou a compor o discurso oficial como observamos, por exemplo, no enfrentamento da pandemia do Coronavírus pelo Governo Federal, com as bem conhecidas e trágicas consequências (mais de 450.000 mortos) para a população brasileira.

Nos cinquenta e um anos da minha vivência no ambiente universitário brasileiro (na UnB e na UFG), no período de 1970 a 2021, pude acompanhar por dentro, como estudante, como professor, pesquisador e gestor, várias fases do processo de consolidação do sistema universitário brasileiro, passando pelos três governos militares (até 1985) e pelos governos da Nova República, até os dias atuais.

Vivi, e sofri, na década de 1970 na UnB, os anos da ditadura militar com toda sua violência contra a instituição e contra as pessoas que nela estudavam e trabalhavam; acompanhei e participei como aluno de mestrado em Física, na UnB, do processo de expansão da pós-graduação no Brasil; presenciei já na UFG, a tentativa de desmonte e a drástica redução orçamentária das universidades federais na época do governo Collor, a recuperação do orçamento no governo Itamar, a estagnação e posterior redução do orçamento durante os anos dos governos FHC; vivenciei as enormes possibilidades de expansão do sistema de universidades federais nos governos Lula (especialmente por meio do programa REUNI); e tenho vivenciado as restrições orçamentárias iniciadas em 2014 no segundo mandato dos governos Dilma, a queda livre no orçamento das universidades federais efetivadas desde então, no governo Temer e, agora, especialmente, no governo Bolsonaro.

Podemos iniciar a discussão falando da incidência de cortes e contingenciamentos no orçamento do CNPq. Se, em 2014, o orçamento do CNPq era da ordem de 3,0 bilhões de reais, a proposta orçamentária para 2021 prevê um orçamento próximo de 1,0 bilhão de reais, o que caracterizaria uma redução de quase 70%. A situação se agrava ainda mais se considerarmos que, neste mesmo período, utilizando os dados recentemente apurados pelo professor Nelson C. Amaral, (atualizados pelo IPCA a preços de 01/2021), cortes tão ou mais drásticos ocorreram na CAPES (de 8bi para 3bi) e no FNDE (de 45bi para 25bi). O montante de recursos na “função”

Ciência e Tecnologia estabelecida no Orçamento Geral da União para 2021 é de, aproximadamente, 5,0 bilhões de reais, o que significa uma redução de, aproximadamente, 6,7 bilhões de reais em relação a 2014. Para surpresa e incredulidade geral, a aprovação pelo Congresso de recomposição de 5,0 bi do FNDCT, derrubando um veto presidencial, não impediu que esse bloqueio fosse mantido no orçamento promulgado para este ano.

No caso das IFES, interessa-nos discutir a parte do orçamento destinada ao pagamento de outros custeios e capital (OCC), que é a parcela efetivamente usada na manutenção das universidades. O montante de recursos de OCC das IFES, que era de, aproximadamente, 9,0 bi em 2014 passaram a ser de pouco mais de 5,0 bi em 2021. No caso do orçamento de OCC da UFG, observamos que foi reduzido de 100,0 milhões (já excluindo os recursos destinados às Regionais Catalão e Jataí) para 52,5 milhões, sendo 49,5 milhões para custeio e 3,0 milhões para investimentos. Na avaliação da Reitoria da UFG, os recursos de custeio serão suficientes apenas, caso não haja suplementações, para o pagamento de despesas até agosto deste ano.

Neste cenário de dificuldades extremas, é importante destacar que a entrada de recursos extraorçamentários, por meio de parcerias externas tem, em boa medida, garantido a execução de vários projetos de ensino, de extensão e de pesquisa na UFG. Destaco aqui que o montante de recursos captados em 2020 pelos pesquisadores da UFG, e gerenciados pela FUNAPE, em parceria com órgãos públicos e empresas de economia mista (80%) e setores da iniciativa privada (20%), foi da ordem de 150 milhões de reais. Ressalto que esse resultado alcançado pela UFG não pode ser visto como uma alternativa ao financiamento do governo federal, mas, sim, como uma possibilidade de complementação de recursos e de fortalecimento da interação com a sociedade.

A manutenção e ampliação das estruturas duramente conquistadas, ao longo das últimas décadas nas universidades federais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, essenciais para o país, dependem da reversão dessa tendência e da recomposição dos orçamentos, que foram fortemente rebaixados nos últimos anos. Foram necessárias décadas para a construção do sistema de universidades públicas e do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, mas, para sua destruição, bastam poucos anos. A comunidade científica brasileira, a comunidade universitária bem como suas entidades representativas, os parlamentares e a sociedade em geral, precisam se mobilizar para evitar que esse colapso se concretize e torne ainda maior o fosso que separa o Brasil dos países mais desenvolvidos, do ponto de vista científico, econômico e social.

** Professor da Universidade Federal de Goiás, diretor executivo da Funape e ex-reitor da instituição (2014-2018).*



**Emiliano Lobo
de Godoi***

QUANDO O AMBIENTE NÃO SAI DO MEIO

A temática ambiental se fortaleceu e se tornou presente em nosso dia a dia ao longo dos últimos 30 anos. Faz parte dos discursos do meio político, em seus debates, faz parte do meio social, pois afeta diretamente seu bem estar, faz parte do meio acadêmico, em suas pesquisas, faz parte do meio empresarial, em seus projetos e investimentos. Porém, são tantos meios, tão diferentes e distantes uns dos outros, que inviabiliza o diálogo, e quem perde é o meio ambiente, que não avança e, em muitos casos, retrocede.

Um bom exemplo disso ocorreu no último dia 13 de maio, quando a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do projeto de lei do licenciamento ambiental (PL 3729/04), que estabelece regras gerais deste procedimento a serem seguidas por todos os órgãos licenciadores. A atualização das normas de licenciamento ambiental é necessária e fundamental para a própria conservação dos recursos naturais. É importante que os órgãos ambientais estabeleçam prazos e procedimentos de análises. É primordial dar clareza e transparência em todas as fases de tramitação do projeto. Em muitos casos, a complexidade de um processo empurra uma atividade para a clandestinidade. É crucial o empreendedor ter segurança jurídica em seu processo.

Por outro lado, o remédio do carrapato não pode matar o boi. Fragilizar o principal e mais potente instrumento de controle ambiental é colocar em risco o nosso futuro em comum. Temos que tratar com a devida responsabilidade para que o nosso ambiente se preserve e que essa intenção não fique apenas no meio do caminho. A avaliação de um processo de licenciamento ambiental depende de várias áreas do conhecimento, pois impacta diretamente em questões sociais, econômicas e ambientais, o tripé da sustentabilidade.

Assim, ao contrário do que estabelece o art. 40 § 60 da proposta aprovada, órgãos como o ICMBio, a FUNAI e o IPHAN, com seus respectivos conhecimentos, devem ter atuação decisiva nos casos de licenciamento de atividades que afetem suas áreas de competências. Não basta consultá-los. É necessário respeitá-los e acatar seus pareceres.

Ao invés do que diz o art. 16, o Uso do Solo deve ser o primeiro passo em um processo de licenciamento ambiental. Não há porque elaborar estudos técnicos, gastar tempo e dinheiro em um projeto sem assegurar previamente que

aquela atividade condiz com a legislação urbanística local. Afinal, impacto ambiental acontece no município, e não no estado ou na união. Diretrizes municipais não podem ser atropeladas.

De maneira oposta ao que diz o art. 36, as audiências públicas, um dos principais instrumentos de controle social de processos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, devem ser preservadas como estabelece a Resolução Conama 09/87, que prevê que serão realizadas sempre que o órgão ambiental “julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos”. Afinal, qualquer estagiário recém-contratado de um órgão ambiental conhece bem a pressão que se faz para a emissão de uma licença.

Precisamos, antes de mais nada, fortalecer os órgãos ambientais que vêm sendo dilacerados ao longo dos tempos. A falta de estrutura de pessoal restringe uma análise adequada dos aspectos ambientais, a falta de uma estrutura logística adequada inviabiliza a fiscalização e o excesso de interferência política inviabiliza a impessoalidade dos processos, um dos princípios básicos da Administração Pública.

O atual e necessário projeto de lei do licenciamento ambiental precisa ser melhor analisado no Senado Federal, pois, uma palavra mal colocada ou um artigo mal redigido poderá implicar em danos irreversíveis aos recursos naturais e a sociedade. Como nos ensinava Clarisse Lispector, mais importante que a velocidade é a direção.

A preservação do meio ambiente depende do diálogo entre todos os meios: políticos, sociais, acadêmicos e empresariais. Nesta questão, o interesse coletivo deve, efetivamente, prevalecer acima do interesse individual e, para isso, é preciso ouvir a todos. Uma lei de tamanha relevância precisa considerar

as ponderações dos vários segmentos. Caso contrário, continuaremos com o nosso ambiente parado no meio ou, pior ainda, correremos o risco de perder todos os avanços que já obtivemos até hoje.

** Emiliano Lobo de Godoi é professor da EECA e do Programa de Pós Graduação em Direito Agrário da UFG.*

“PRECISAMOS, ANTES DE MAIS NADA, FORTALECER OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS QUE VÊM SENDO DILACERADOS AO LONGO DOS TEMPOS. A FALTA DE ESTRUTURA DE PESSOAL RESTRINGE UMA ANÁLISE ADEQUADA DOS ASPECTOS AMBIENTAIS, A FALTA DE UMA ESTRUTURA LOGÍSTICA ADEQUADA INVIABILIZA A FISCALIZAÇÃO E O EXCESSO DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA INVIABILIZA A IMPESSOALIDADE DOS PROCESSOS, UM DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.”

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

UNIVERSIDADES PODEM PARAR POR FALTA DE RECURSOS

Quase metade – 30 de 69 –, das universidades federais brasileiras já alertaram que não conseguirão chegar ao fim do ano com o orçamento atual, mesmo que todo o montante seja desbloqueado. O principal problema é que o corte de 18% efetuado pelo Governo Federal no orçamento deve inviabilizar o funcionamento das instituições. Isso significa que, em algum momento, prédios podem ser fechados e atividades essenciais, como pesquisas e serviços prestados à população pararão de ser realizadas.

Conspiração

Segundo o colunista Ricardo Noblat, o presidente Jair Bolsonaro convidou o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, para ser embaixador do Brasil em Portugal. Se for efetivado, ele deve ser substituído no tribunal pelo senador Antônio Anastasia (PSD-MG), cujo mandato termina ano que vem. Tudo estaria sendo feito com as bênçãos de Aécio Neves e Gilberto Kassab. Se tudo ocorrer conforme esperado, Anastasia deve renunciar ao cargo de senador.

Retrocesso

A Câmara dos Deputados instalou a comissão especial que vai discutir a proposta de reforma administrativa do Governo Federal. Caso seja aprovada, a medida vai acabar com a estabilidade de diversas categorias dos servidores públicos e também prejudicar serviços básicos oferecidos à população. Fernando Monteiro (PP-PE) foi eleito presidente e indicou Arthur Maia (DEM-BA) como relator. Serão realizadas 40 sessões para discutir a matéria e dar um parecer. Em seguida, a proposta precisa ser votada em dois turnos nos plenários da Câmara e do Senado.

Intocáveis

Um dos pontos mais críticos na proposta do governo é a não inclusão de juízes, procuradores, parlamentares e militares. Essas classes tiveram benefícios mantidos e até receberam aumentos nos subsídios.

Trabalho permanente

Apesar do impacto da pandemia, as universidades federais formaram mais de 50 mil alunos em 2020. Os dados são da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Os números divulgados mostram que, mesmo com a

maior parte das atividades presenciais suspensas, as instituições não pararam e conseguiram atuar em várias frentes. A pesquisa alcançou 70% das universidades federais do país.

Fotos: Diogo Fleury



Consulta à comunidade acadêmica para escolha da nova Reitoria da UFG busca preservar a autonomia e a democracia no ambiente universitário

Mulheres à frente

A nova diretoria do Campus Goiás da UFG é formada por mulheres. Margareth Arbués foi empossada como a nova diretora, enquanto Denise Alves assumiu o cargo de vice-diretora. Na cerimônia de posse, no dia 7 de junho, Arbués destacou a sua luta e militância por uma educação humanista e pelos direitos humanos das mulheres.

UFCAT regulamentada

A Universidade Federal de Catalão teve o seu estatuto aprovado pelo Ministério da Educação. Trata-se do documento mais importante da instituição, uma vez que reúne o conjunto de normas jurídicas que regulamentam o seu funcionamento, com definições sobre suas finalidades, objetivos, funções e princípios.

Sem alertas

O Tupã, supercomputador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pode ser desligado até agosto pela primeira vez na história por causa da falta de recursos financeiros enfrentados pela instituição. O equipamento é responsável pela previsão do tempo e do clima, enviando dados ao governo sobre estiagens – como a que afeta atualmente São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná. Sem a máquina em funcionamento, governo pode ficar sem dados de agravamento da crise hídrica, o que compromete alertas de emergência.

RÁPIDAS

Solidariedade

A campanha UFG Solidária está de volta e uma das frentes será “Vacina, Arte e Solidariedade”. O objetivo é apoiar a vacinação, a cultura e o auxílio social por meio da doação de alimentos e itens de higiene e limpeza.

Superação

Kallil Assis Tavares, de 30 anos, é o primeiro estudante com síndrome de Down a se formar na Universidade Federal de Jataí (UFJ). Ele cursou Geografia, foi aprovado em 2012 e entrou pela categoria de ampla concorrência no vestibular da instituição.

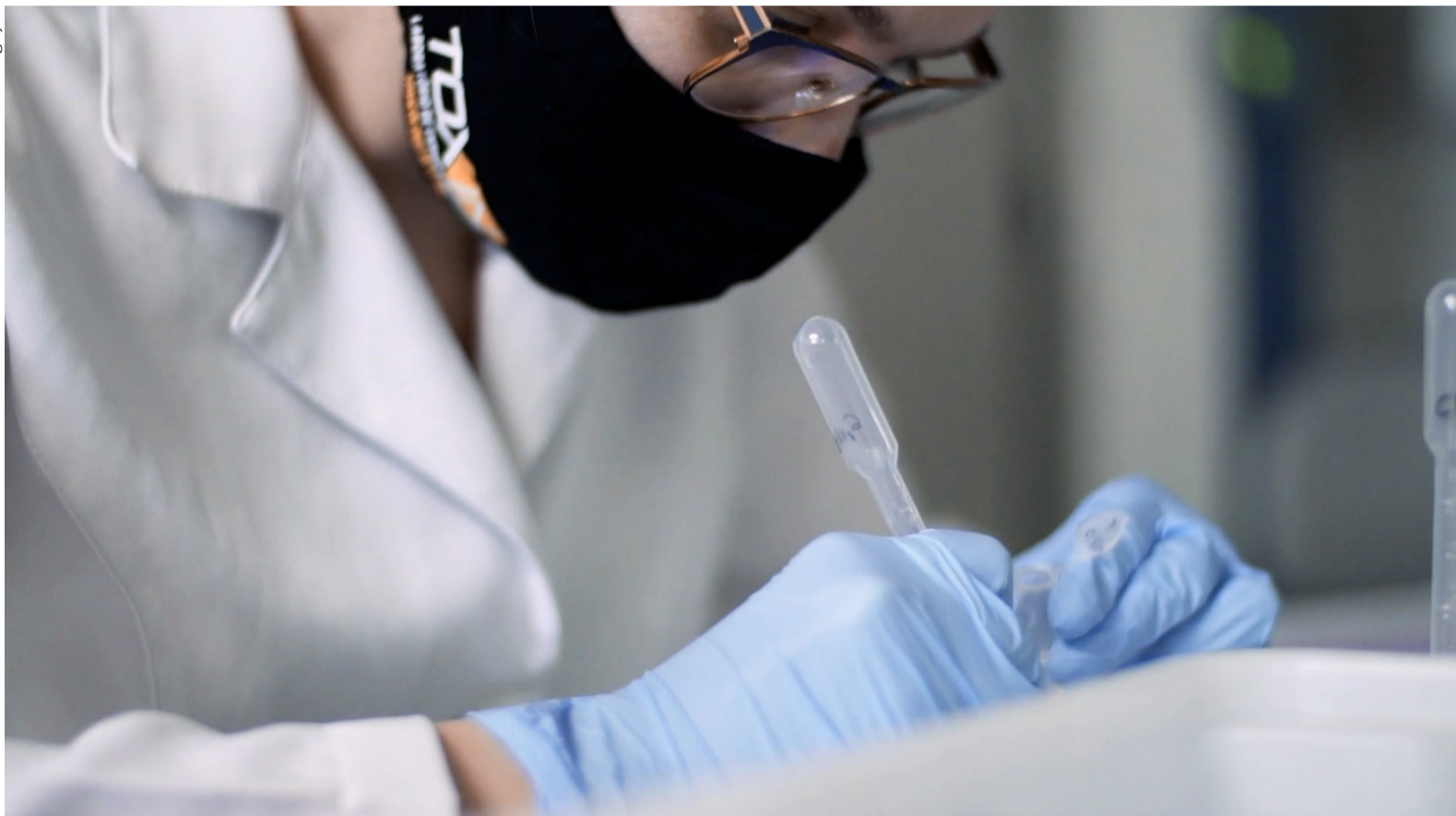
Conape

A Conferência Nacional Popular de Educação 2022 já está em construção. Em Goiás, já foi realizada a conferência de preparação do evento. A etapa nacional deve ocorrer entre 10 e 12 de junho de 2022, com discussões sobre a reconstrução do País.

UFCAT VIVE NOVA FASE APÓS APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM ANIMAIS

CRENCIAMENTO DA UNIVERSIDADE FOI PUBLICADO EM ABRIL PELO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E PERMITE MAIS AUTONOMIA TANTO EM PESQUISAS CIENTÍFICAS QUANTO EM AULAS PRÁTICAS COM USO DE “COBAIAS”

Foto: Divulgação



Experimentações em animais devem ocorrer de forma que garanta o bem-estar físico e mental

Luciana Porto

Recentemente, uma campanha global promovida pela Humane Society International para conscientizar e proibir os testes de cosméticos em animais viralizou na Internet. O curta-metragem “Salve o Ralph” ganhou a atenção dos internautas ao mostrar o coelho Ralph apresentando um pouco da sua rotina de trabalho para as câmeras. No vídeo, dublado pelo ator Rodrigo Santoro na versão em português, Ralph é entrevistado por uma equipe de filmagem para um documentário e apresenta a rotina diária como “cobaia” em um laboratório. Apesar de ter sido feito com o objetivo de criticar a crueldade dos testes em animais e a situação dos animais nos laboratórios em todo o mundo, a campanha também acende um outro alerta: a importância dos comitês de ética em pesquisa com animais.

Em abril, a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) teve o seu credenciamento aprovado pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e, agora, possui uma comissão própria de ética em pesquisa com animais. No Brasil, o uso de animais em pesquisas científicas é regulamentado

pela Lei Arouca (Lei Federal nº 11.794/08), que tem como função impor limites nos procedimentos e no uso de animais em estudos científicos, garantir o mínimo de conforto e higiene nos cativeiros e amparar os animais em caso de abusos e maus tratos. Papel desempenhado em cada instituição de pesquisa pelas Comissões de Ética na Utilização de Animais (CEUAs).

O professor e coordenador da CEUA da UFCAT, Anderson Luiz Ferreira, explica que, obrigatoriamente, a comissão é formada por médico veterinário, biólogo e um representante da sociedade ligado ao movimento de proteção animal. “Apesar de termos sido emancipados recentemente, a nossa universidade já existe há 30 anos. Ou seja, temos uma área de pesquisa consolidada. O credenciamento da nossa própria CEUA nos permite novas possibilidades e autonomia, uma vez que antes éramos submetidos à comissão da UFG”, avalia o docente.

Missão

O mundo vive uma nova realidade. Atualmente, leis específicas garantem os direitos dos animais e consolidam a atuação

de entidades protetoras. Outro fator importante é o crescimento do movimento vegano, que despertou o interesse das indústrias cosméticas em produtos livres de testes em animais. Porém, o coordenador da CEUA de Catalão pondera que o senso comum interpreta que as pesquisas com esse tipo de experimentação usam animais quaisquer, o que na realidade é bem diferente. “As pessoas acham que a gente pega um animal, leva para o laboratório e faz o que bem entende com ele. Isso não é verdade! Todos os animais utilizados em pesquisas são criados para esta finalidade em biotérios”, explica o docente.

Outro ponto que Ferreira aborda é sobre o papel da comissão em zelar pelo bem-estar dos animais que serão utilizados como “cobaias”. Ele explica que, quando um pesquisador realiza um procedimento que causará desconforto ao animal, existem alguns processos obrigatórios. “Ele vai ter dor? Então um analgésico deve ser aplicado neste animal. As formas de eutanásia também são controladas pela comissão, de forma a causar o menor sofrimento possível a ele, seja físico

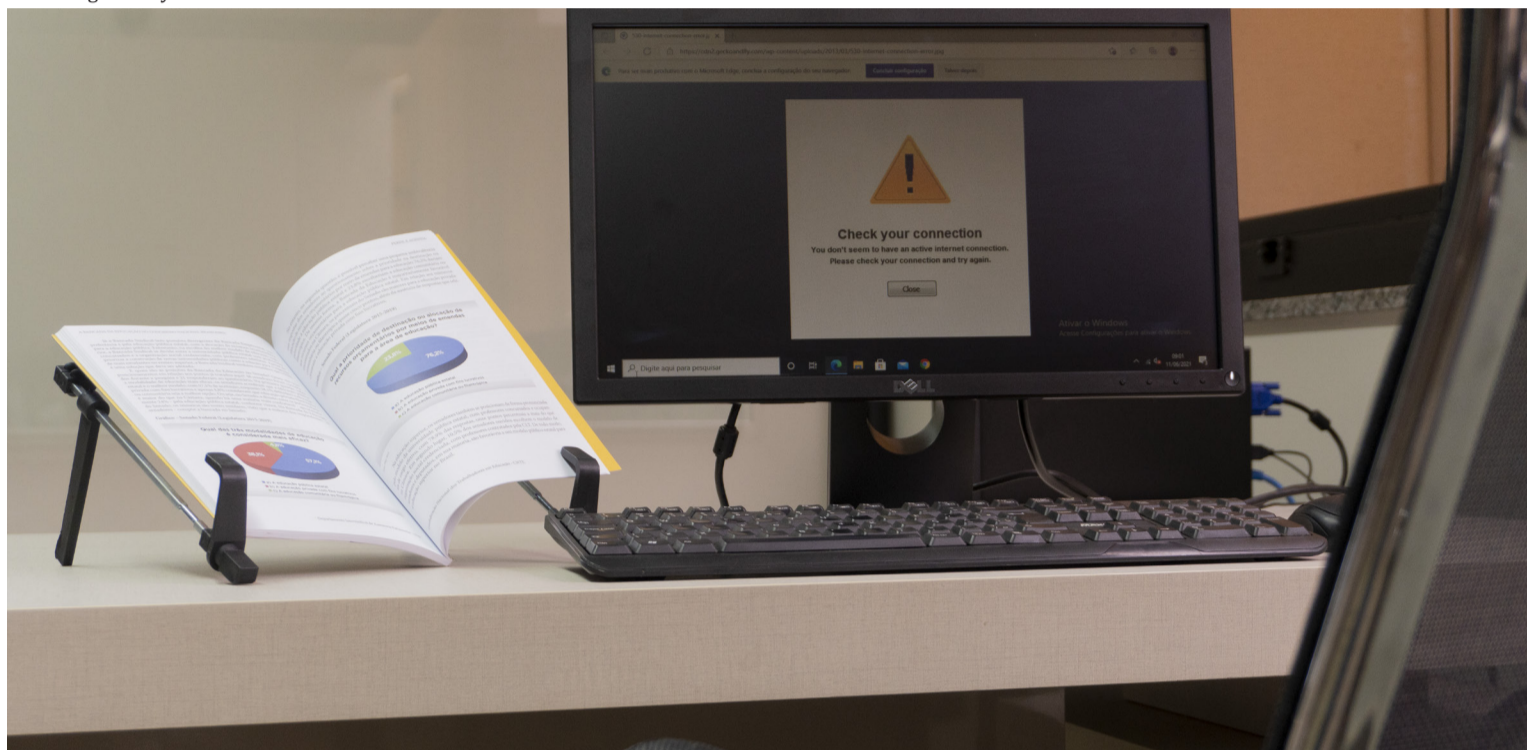
ou mental.” Além disso, os cuidados com os animais alojados nos biotérios também são levados em consideração. “A ração é autoclavada, água filtrada, para que eles não se estressem também disponibilizamos bolinhas para eles brincarem e interagirem socialmente. Todos esses cuidados são acompanhados de perto pela CEUA”, completa o professor.

Outro objetivo da comissão é reduzir o quantitativo de animais utilizados em testes e pesquisas. Segundo o coordenador da CEUA da UFCAT, o grupo conta com uma pedagoga que aborda com os pesquisadores métodos alternativos ao uso de animais, como por exemplo o uso de softwares computacionais capazes de realizar simulações, ratos de silicone próprios para treinamento de injeções e aplicações, entre outras alternativas. “Embora pareça contraditório a defesa animal e o uso deles em pesquisas, é inevitável desenvolver novos medicamentos sem antes testá-los em animais. A questão primordial é seguir à risca a legislação e respeitar os procedimentos do CONCEA e das CEUAs. Assim teremos a garantia que os animais não estão sendo manuseados de forma incorreta”, pontua.

BOLSONARO ATACA PROJETO QUE PRETENDE LEVAR INTERNET A 18 MILHÕES DE ESTUDANTES

Por outro lado, presidente aprova aumento salarial para o primeiro escalão do governo e rompe o teto de gastos com funcionalismo

Foto: Diogo Fleury



Pesquisa aponta que 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa

Luciana Porto

Em debate na Comissão de Educação da Câmara de Deputados no dia 9 de junho, o titular do Ministério da Educação (MEC), Milton Ribeiro, afirmou que a derubada do veto presidencial ao projeto de lei que prevê acesso à internet a estudantes de escolas públicas (PL 3.477/2020) pode ocasionar mais bloqueio de recursos para a educação. Segundo ele, a pasta enfrenta um “momento difícil”, o que pode dificultar a realidade das instituições de ensino federais. Paralelamente a isso, Jair Bolsonaro editou uma regra que eleva o salário do próprio presidente e ministros em até 69%, estourando o teto do funcionalismo. O impacto fiscal da medida pode variar, mas é estimado pelo governo em aproximadamente R\$ 66 milhões ao ano. O montante seria suficiente para custear internet para mais de 500 mil estudantes todos os meses, considerando que o brasileiro gasta, em média, R\$ 115,00 em conexão, de acordo com pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), divulgada em maio de 2020.

Ainda segundo o levantamento realizado pela pesquisa TIC Domicílios, da CETIC, 39% dos es-

tudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa. Nas escolas particulares, esse índice é de apenas 9%. Em relação à internet, foram identificados 20 milhões de lares sem conexão, o que representa 28% do total. O levantamento revela também que 45% das pessoas que não têm internet por considerarem muito cara e outros 37% por não possuírem um aparelho com conexão à rede. Além disso, a pesquisa expôs que uma em cada cinco pessoas no Brasil só acessa a rede digital emprestando a conexão de um vizinho.

O projeto de lei que obriga o governo a fornecer internet gratuita para alunos e professores da educação básica pública para a realização de aulas não presenciais durante a pandemia de Covid-19 tem relatoria da deputada Tabata Amaral (PDT-SP). De acordo com ela, a lei vai incluir digitalmente 18 milhões de estudantes e 1,5 milhão de professores. O PLP 3.477/2020 havia sido vetado pelo presidente porque, segundo Bolsonaro, “o projeto era um empecilho para o cumprimento da meta fiscal do governo.”

Em entrevista ao Jornal do Professor, a pró-reitora de assuntos estudantis da Universidade Fe-

deral de Goiás (PRAE/UFG), Maísa Miralva da Silva, contou que a instituição custeia internet cabeada para 400 estudantes, o que gera uma despesa de R\$ 40 mil. Estes alunos foram contemplados com a ação porque são moradores de regiões onde a conexão móvel é precária, como comunidades quilombolas e aldeias indígenas. Para os demais estudantes de baixa renda, a universidade aderiu ao projeto Aluno Conectado da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). “Nós atendemos a mil estudantes com chips de 20 gigabytes (Gb) do projeto. Todos os alunos que solicitaram auxílio conexão foram atendidos”, explica.

O Projeto Alunos Conectados tem como objetivo disponibilizar internet gratuita para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições da rede federal de todo o País. Dados obtidos com exclusividade pelo Jornal do Professor apontam que a RNP já entregou mais de 154 mil chips a 99 Instituições de Ensino Superior (IES) que aderiram à iniciativa e solicitaram o benefício de internet móvel. De acordo com a assessoria de comunicação da entidade, os recursos são disponibilizados pelo MEC, por meio

da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Secretaria de Educação Superior (Sesu). “A RNP atua como executora desta ação, fazendo a gestão das solicitações vindas das IES, articulando junto às operadoras contratadas para disponibilização dos chips com cobertura nas áreas solicitadas e entregando às IES os dispositivos, dentro dos limites estabelecidos pelo MEC”, diz trecho da nota enviada à reportagem.

Um último dado que escancarou a fragilidade do sistema digital na educação mostra que a internet banda larga não estava presente em 17,2 mil escolas urbanas em 2020. O estudo foi realizado pelo Censo Escolar da Educação Básica. Para Maísa, o acesso à internet deveria ser um direito de todo cidadão. Segundo a pró-reitora, as escolas públicas deveriam ser contempladas em massa com conexão cabeada, o que não ocorre em todo o País. “Este é um governo que governa pelas redes sociais, então é bem contraditório não fornecerem acesso livre a todas as pessoas, independentemente de classe social e renda. Para salvar o direito de todos à educação é fundamental que a internet chegue a todos os lares e instituições de ensino”, conclui.

PRECARIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS ESCANCARA PLANO DE BOLSONARO PARA DESTRUIR A EDUCAÇÃO NO PAÍS

CORTES ORÇAMENTÁRIOS SEM PRECEDENTES PARA DESPESAS PODEM
INVIABILIZAR FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Foto: Diogo Fleury



*COM OS CORREDORES VAZIOS, LABORATÓRIOS SEM ESTRUTURAS, FALTA DE RECURSOS PARA AS
DESPESAS MAIS BÁSICAS, UNIVERSIDADES FEDERAIS LUTAM PELA SOBREVIVÊNCIA*

Luciana Porto

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) destinado às universidades federais em 2021 teve redução de 37% nas despesas discricionárias, se comparado ao ano de 2010 com inflação corrigida. O corte afeta o pagamento das contas mais básicas das instituições de ensino, como pagamento de água, luz, segurança, além de bolsas de estudo e programas de auxílio estudantil. Para efeitos de comparação, em 2014 o orçamento para as 69 universidades federais era de R\$ 7,4 bilhões. Em 2021, ele foi reduzido para R\$ 4,3 bilhões. O quadro é agravado pelo fato de o orçamento estar dividido em duas partes: 40% não condicionado e 60% condicionado (depende de aprovação de Projeto de Lei para ser liberado). Está em vigor, ainda, um contingenciamento de 13,89% na verba destinada às universidades federais.

Reportagem veiculada pelo jornal O Globo no dia 6 de junho revelou que quase metade das universidades federais não vão conseguir chegar ao fim do ano com o orçamento atual, mesmo que todo ele seja desbloqueado. Isso quer dizer que mais de 500 mil, dos 1,3 milhão de alunos, não completarão o ano letivo. A Universidade Federal de Goiás (UFG), por exemplo, não tem verba suficiente para se manter após o mês de setembro deste ano. Dados apresentados pela instituição apontam que a Lei Orçamentária Anual de 2021 (LOA) promoveu um corte na casa de R\$ 20 milhões em um orçamento que já estava defasado. De acordo com nota enviada pela Secretaria de Comunicação da UFG, a manutenção mensal da instituição custa cerca de R\$ 7 milhões. Com o novo corte, a universidade perde 3 meses de autonomia e pode terminar o ano com uma dívida de R\$ 30 milhões.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, explica que - reajustando o orçamento de 2014 para 2021, sem incluir as seis novas universidades e os quase 150 mil estudantes a mais - as Ifes deveriam contar com um orçamento de, no mínimo, R\$ 10,7 bilhões. “Esse quantitativo de recurso seria o justo para comportar o crescimento e tudo o que as universidades fazem, mas ao contrário disso, ele caiu para R\$ 4,3 bilhões. Ou seja, a gente está falando de mais ou menos 40% daquilo que a gente tinha há sete anos atrás. Podemos dizer que isso é um absurdo! Como é que estamos em pé? Como é que

estamos vivos? Como conseguimos chegar até aqui? Eu digo que a gente conseguiu chegar até aqui deixando de fazer, esse é o ponto”, lamenta Madureira.

Segundo a reitora da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), inclusa no grupo das supernovas, Roselma Lucchese, a redução dos recursos destinados aos gastos discricionários da instituição, considerando custeio e capital, foi de aproximadamente R\$2,7 milhões. A docente condena que os cortes ocorrem na mesma realidade em que são criados quatro cursos na UFCAT, além da implementação do terceiro curso de medicina federal em Goiás. “Um Estado com este tamanho, amplitude territorial, populacional, o principal do Centro-Oeste do País, tem três universidades federais com cursos de medicina. A dificuldade para implantação de novos cursos é gigantesca. Além disso, é preciso lembrar que as universidades federais no Brasil saltaram de 63 para 69, e que Goiás abriga duas dessas novas instituições”, esclarece Roselma.

A reitora da UFCAT reforça que, além de prejudicar o funcionamento das universidades, o corte realizado no orçamento pelo MEC afeta, ainda, as políticas que subsidiam a permanência estudantil. De acordo com a docente, esta é a primeira vez que o governo federal promove uma redução tão significativa no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). “Se vê nos últimos anos um avanço muito grande de inclusão social no País, principalmente dos grupos mais vulneráveis. Para este ano, realmente, a política de assistência estudantil e as estratégias de inclusão social estão em risco. Há alunos com dificuldades de acesso à Internet, que não possuem um bom equipamento. Esse recurso material, esse dinheiro que vinha para a assistência estudantil, também serviu para este momento de inclusão digital durante as aulas remotas na pandemia”, critica Roselma.

Na universidade Federal de Jataí (UFJ) os cortes no orçamento e o contingenciamento totalizam R\$ 4,4 milhões, conforme informado pela assessora de comunicação da instituição, a docente Michaela Andrea Bette Camara.

Inclusão, ciência e tecnologia

Além da redução do orçamento para as despesas discricionárias, as universidades federais padecem também com a falta de recursos para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Ao sancionar a LOA em abril, Jair Bolsonaro

desrespeitou a Lei Complementar 177/2021, aprovada semanas antes pelo Congresso. Promulgada em 26 de março, a medida impede o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Mesmo assim, o presidente contingenciou R\$ 5 bilhões que deveriam estar sendo usados hoje para financiar a ciência e a tecnologia no Brasil, incluindo pesquisas sobre a Covid-19. Mais do que isso, o orçamento do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal órgão de fomento à pesquisa no Brasil, é em 2021 o menor do século. De uma forma geral, o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) será o menor dos últimos cinco anos. A pasta terá à disposição pouco mais de R\$ 12 milhões.

O reitor da UFG lembra que, junto aos cortes nos orçamentos as instituições federais de ensino enfrentam outro problema tão grave quanto: a perda da autonomia universitária. Segundo ele, isso já aconteceu em um passado distante e o preço que as universidades pagavam era altíssimo: subfinanciamento da educação, chegando ao limite da exclusão de pessoas por falta de assistência estudantil; e o subfinanciamento da pesquisa, que ficava submetida à lógica do financiamento que não respeitava a autonomia universitária. “Os professores, para manter seus laboratórios, buscam financiamento, o que é legítimo. Não tem nenhum problema buscar financiamento externo, mas a universidade precisa ter autonomia para definir aquilo que é importante pesquisar”, condena.

Para Madureira, a redução do orçamento para ciência e tecnologia impacta diretamente no futuro do Brasil. “Não tem país no mundo que tenha uma rede de universidades e de institutos federais com a qualidade e a capilaridade que tem o Brasil. Isso significa a perda da possibilidade da redução das grandes assimetrias nacionais”, sugere o presidente da Andifes. Ele explica que o Brasil interiorizou a Educação levando instituições de ensino para fora das grandes metrópoles, como por exemplo as universidades federais de Catalão e Jataí, no Estado de Goiás. “O que seria de Jataí, o que seria de Catalão se não houvessem essas instituições? Que cidade elas seriam? E a região do entorno dessas cidades?”, questiona.

Outro ponto levantado pelo docente é a evasão cada vez maior

dos jovens no ensino superior. O reitor comenta que, o País entra em uma fase de evolução populacional em que o número de jovens começa a diminuir. Dessa forma, é urgente a necessidade de se investir em educação, ciência e tecnologia. “Em dez anos, o quantitativo de jovens que pode fazer a grande mudança que o Brasil precisa será menor e a nossa oportunidade, com o famoso bônus demográfico que os geógrafos gostam tanto de falar, terá passado. Se o País quiser ser uma grande nação, não é com 20% dos jovens de 18 a 24 anos na universidade que vai conseguir. É com pelo menos um terço, como já prevê o Plano Nacional de Educação que foi revogado, indiretamente, pela Emenda Constitucional 95. Sem dúvida, uma das maiores atrocidades contra o futuro do País”, censura Madureira.

Desmonte do serviço público

Prestes a estourar, a PEC 32/2020 – mais conhecida como Reforma Administrativa - significa décadas de retrocesso e representa, ao contrário do que o governo alega, maior ineficiência, fragilidade, inoperância e está suscetível à captura autoritária e do setor privado em diversos níveis. Roselma analisa que o projeto é uma passo largo para o desmonte do serviço público. “É uma via irreversível. Quando se fala em Sistema Único de Saúde, não se pode desconsiderar uma luta que vem desde meados do século XX, da década de 1960, 1970, culminando na Constituição de 1988 e a LOA 8080, de constituição do SUS. Têm-se ali uma luta social grandiosa e conquistas expressivas, cujas conquistas pensava-se que eram permanentes. Hoje, a reforma administrativa mostra que não há permanência. Ela pode desmontar toda uma conquista social que era para ser permanente na sociedade brasileira”, considera a reitora da UFCAT.

O professor Edward Madureira completa o posicionamento de Roselma afirmando que a Reforma ainda traz de volta o debate sobre o Futuro-se, uma vez que muitos dos elementos do programa que a universidade refutava veemente estão embutidos na proposta. “Ela (a Reforma) tem uma lógica de Estado mínimo. As consequências disso vêm apesar do serviço público ser essencial, e a pandemia mostra isso de forma muito evidente para o enfrentamento de crises, sejam elas quais forem. Em uma crise sanitária, os atores que estão se destacando são o Sistema Único de Saúde (SUS), a ciência e as universidades, que têm trazido alento e soluções para a população”, conclui.

SANDRAMARA MATIAS E JESIEL CARVALHO VENCEM CONSULTA ACADÊMICA PARA REITORIA DA UFG

CHAPA UFG VIVA VENCEU ENTRE DOCENTES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E ESTUDANTES



Foto: Diego Fleury

Professores Sandramara e Jesiel foram escolhidos pela maioria da comunidade acadêmica

Rafael Vaz

“Nosso compromisso é continuar defendendo a universidade, que é um patrimônio do povo goiano, e trabalhar para fortalecer as ações internas e as medidas que a instituição desenvolve para a sociedade”, afirma a professora Sandramaria Matias Chaves, candidata vencedora da consulta à comunidade acadêmica para o cargo de reitora da Universidade Federal de Goiás (UFG). “Vamos fortalecer a compreensão que temos sobre a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, inclusiva, plural e democrática”, complementa.

A Chapa 1 “UFG Viva”, encabeçada pela docente, foi escolhida por 1.067 professores, 778 técnicos administrativos e 2.004 discentes. Também compõem a chapa

o professor Jesiel Carvalho, escolhido na consulta para o cargo de vice-reitor.

Candidatos pela chapa “Movimenta UFG”, os professores Maria Clorinda Soares Fioravanti e Adriano Correia tiveram 641 votos de docentes, 544 votos de técnicos administrativos e 1.001 votos de discentes. “Foi uma campanha muito diferente, feita pelo computador, sem contato com as pessoas. Além disso, estamos vivendo um momento difícil, com pessoas passando por perdas”, destaca Maria Clorinda.

Ambiente democrático

A consulta à comunidade acadêmica foi realizada pela Comissão Organizadora de Consulta (COC). O grupo é formado por re-

presentantes do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFG) e Sint-Ifes e Associação de Pós-Graduandos.

Para as duas chapas, o processo é fundamental para garantir a autonomia e a democracia dentro do ambiente universitário. “Todos que participaram da disputa tiveram um debate respeitoso e comprometido com a participação de docentes, servidores e estudantes”, avalia Sandramara.

A professora Maria Clorinda também avalia o processo como positivo. “É algo fundamental. Um momento em que a comunidade tem para olhar dentro de si mesma e pensar novos caminhos. Quan-

do nos candidatamos, conhecemos melhor a instituição, temos oportunidade de escutar todos os órgãos e unidades. Então, acredito que seja uma vitória da democracia”, explica.

O presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, lembra que o processo aconteceu em um dos momentos mais difíceis da história recente para as universidades. “Estamos diante de um dos períodos mais dolorosos para a comunidade acadêmica como um todo. O Governo Federal tem atacado de todas as formas possíveis o ensino superior no Brasil e, por isso, nunca foi tão importante garantir a autonomia e a democracia dentro das universidades”, destaca.

CORTES NO ORÇAMENTO E PROJETO POLÍTICO ATUAL DEVEM SER PRINCIPAIS DESAFIOS

O Governo Federal cortou 18,2% no orçamento das universidades federais de todo o Brasil em 2021. Somente na UFG, a redução é de R\$ 16,5 milhões. “Nossa missão é fazer o enfrentamento necessário para garantir recursos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. O grande desafio é juntar esforços da comunidade interna e externa para defender a universidade pública”, ressalta Sandramara.

A candidata vencedora da consulta à comunidade acadêmica acredita, ainda, que o cenário político no País é complexo e deve aumentar os desafios das universidades. “Vivemos um momento em que vemos desrespeito ao nosso papel, negacionismo da ciência, cortes que nos colocam fora da situação de cumprir com coisas básicas, como energia e limpeza. Teremos que enfrentar tudo isso para que a UFG continue sendo essa instituição tão importante e respeitada pela sociedade”.

Conheça os candidatos eleitos:

Sandramara Matias Chaves, escolhida pela comunidade para o cargo de reitora, é professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências. É pedagoga, com mestrado em Educação pela própria UFG e doutorado pela USP. Foi pró-reitora de Graduação e, atualmente, é vice-reitora no mandato do professor Edward Madureira.

Escolhido para o cargo de vice-reitor, Jesiel Freitas Carvalho é professor do Instituto de Física e dos Programas de Pós-Graduação em Física e em Química. É físico, mestre em Física e doutor em Ciência e Engenharia de Materiais pela USP. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Física e trabalhou pela implantação do Parque Tecnológico Samambaia. É pró-reitor de Pesquisa e Inovação na atual gestão.

PROJETO DO INSTITUTO DE INFORMÁTICA INCENTIVA MULHERES NOS CURSOS DE EXATAS

Estatísticas apontam que caiu pela metade o número de mulheres matriculadas nos cursos de ciência da computação. Discriminação de gênero ainda é o maior desafio para “elas” no mercado de trabalho

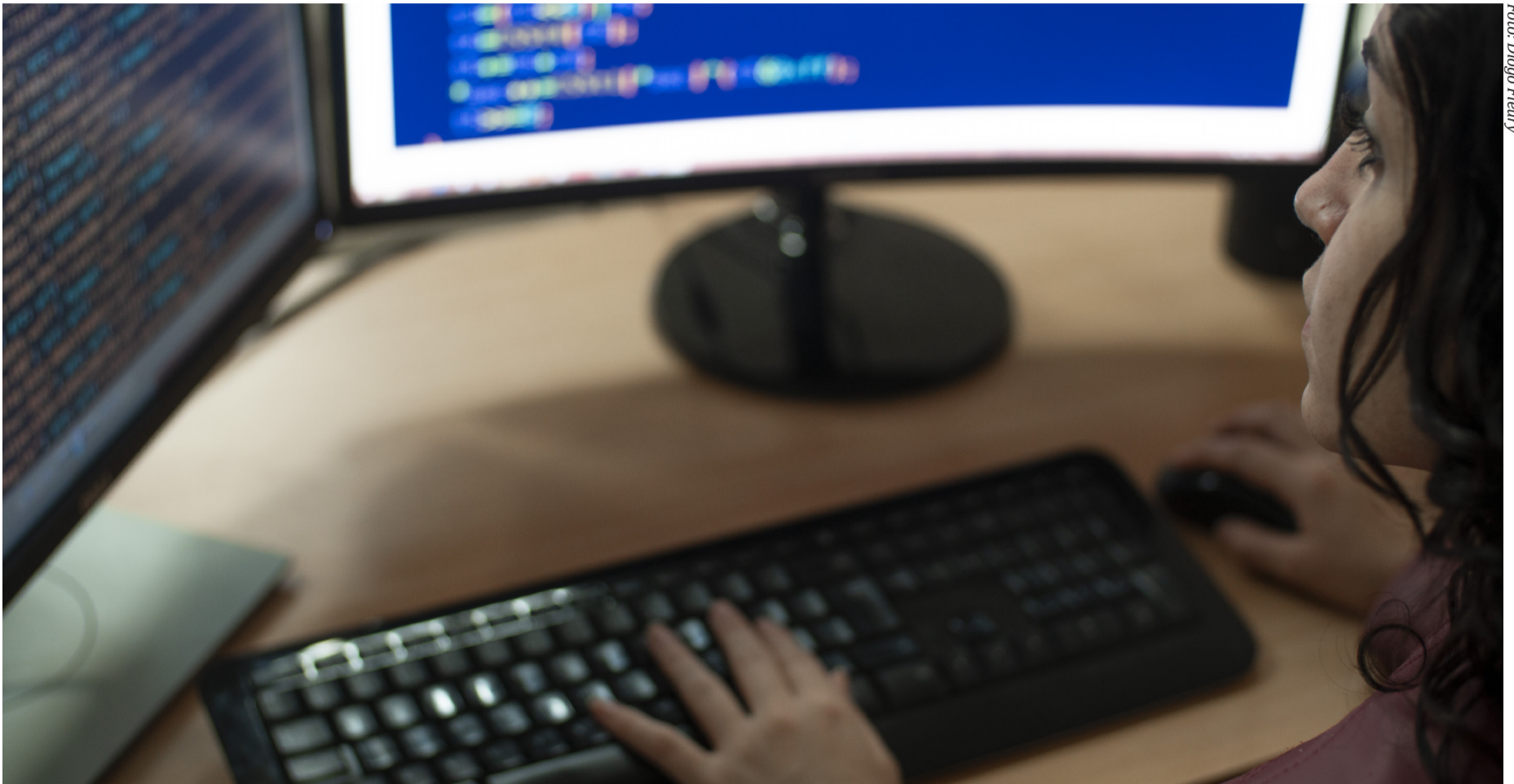


Foto: Diego Fleury

Nos últimos 20 anos, mulheres desapareceram do mercado de trabalho da programação

Luciana Porto

Caro leitor, você já ouviu falar em Ada Lovelace, Mary Kenneth Keller, Grace Hopper, Dana Ulery, Hedy Lamarr e Kathleen Antonelli? As chances de você ter respondido que não são altas. Por outro lado, aposto que já ouviu nomes como Steve Jobs, Bill Gates e Mark Zuckerberg. Acertei? Assim como estes homens, as mulheres citadas acima deixaram um grande legado no universo da tecnologia. A diferença está na invisibilidade delas.

Nas duas últimas décadas, os cursos de computação no Brasil cresceram 586%, enquanto o percentual de mulheres matriculadas nesses cursos caiu de 34,8% para 15,5%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação (MEC). Com o propósito de incentivar a colocação de mais mulheres nas áreas da tecnologia, o Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás (INF) criou em 2017 o Projeto de extensão ADAs. A iniciativa leva o nome da primeira programadora da história, Ada Lovelace, que foi responsável pela criação do primeiro algoritmo a ser processado por uma máquina para o cálculo de funções matemáticas.

A docente conta que o pro-

jeto teve início em 2017 como uma demanda das próprias alunas do curso de Ciências da Computação. “Ainda existe aquele estigma de que a área de exatas, de maneira geral, é masculina. Que homem tem melhor raciocínio lógico, e isso, na verdade, é uma construção social. Não existe nenhum elemento científico que comprove isso, mas como é um preconceito que está enraizado na sociedade, é mais difícil para as meninas tomarem a decisão de seguir carreira em áreas exatas”, explica a coordenadora do ADAs, Elisângela Dias.

Contudo, apesar da iniciativa ter contribuído com dezenas de alunas dos cursos de computação e incentivado dezenas outras de garotas a ingressarem nesta carreira, o ADAs ainda tem pouco impacto na realidade. A análise é feita por Elisângela, que critica a falta de políticas públicas no ensino básico. “De acordo com as pesquisas da Unesco e de vários outros órgãos, nós vemos que esse trabalho tem que ser feito no ensino fundamental e médio. Nós estávamos desenvolvendo um parceria com o CEPAE (Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação) quando entramos na pandemia. Para realizarmos ações em outras escolas é

muito complicado. Nós tentamos muito! Procuramos o município, o Estado, mas todos os processos são muito burocráticos para se fazer qualquer evento dentro de uma dessas unidades. E não seria um evento, teria que ser uma ação continuada”, avalia a coordenadora do ADAs.

Inclusão

Talita Atahalpa é egressa da UFG e uma das fundadoras do projeto ADAs. Para a conclusão do curso, Talita desenvolveu a pesquisa “Percepção da participação feminina nos cursos de computação da Universidade Federal de Goiás”, publicada pela Sociedade Brasileira de Computação e discutida em 2019 no Congresso Latino-americano de Mulheres na Computação. “O estudo faz um comparativo entre meninos e meninas estudantes do curso de Ciência da Computação. Metade das participantes alegaram ter sofrido algum tipo de assédio sexual no ambiente acadêmico, e nenhum número do lado masculino. Para os garotos a maior incidência de assédio era o moral e verbal, mas para as mulheres, todos os outros estavam presentes: assédio verbal, mo-

ral, psicológico, sexual”, revela.

Durante a sua pesquisa, Talita ainda faz uma comparação histórica. “O computador foi apresentado na televisão como um brinquedo masculino. Os equipamentos eletrônicos nas propagandas da década de 1990, até recentemente, eram voltados para meninos. Uma das coisas que mais me chocou durante o meu projeto foi uma propaganda dos novos equipamentos de programação: tinha uma máquina e uma mulher grávida, e o anúncio dizia “a nossa máquina não vai engravidar, não vai reclamar de dores nos pés, não vai fofocar”, lembra Talita.

Para ela, o interesse de mulheres em ingressar na computação caiu em função da própria construção do curso. “A formação ignorou muitas coisas que poderiam ser necessárias, muitas matérias que poderiam atrair mais mulheres, mas é intencional. E, com isso, o interesse do sexo feminino em optar por carreiras na computação foi caindo. Em 1967, por exemplo, 35% da área de trabalho eram formada por mulheres. Em 2018, segundo a Associação Americana de Mulheres na Tecnologia, de todo efetivo apenas 23% eram mulheres”, critica.

ADUFG APOSTA NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E TORNA SEDE CAMPESTRE RPPN

Com processo iniciado em 2013, área passou a ter preservação permanente garantida, além do ganho de benefícios naturais



Em janeiro de 2014, sede campestre recebeu plantio de 1,5 mil árvores frutíferas e do cerrado

Luciana Porto

Segundo maior bioma do Brasil, o Cerrado ocupa pelo menos 24% do território nacional. No entanto, apenas 8,2% de sua área é protegida por unidades de conservação, apontam dados do ICM-Bio. Outra estatística importante está na relação entre o bioma e as queimadas, que de acordo com relatório do Mapbiomas, nas duas últimas décadas o Cerrado foi o mais afetado, com focos de incêndio em 41% de sua área. Por essa razão, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) assumem cada vez mais o protagonismo na proteção dos recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção de equilíbrios climáticos ecológicos entre vários outros serviços ambientais. Pensando nisso, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) transformou os 130 hectares da sede campestre, localizada no município de Hidrolândia, em RPPN. O projeto conta com o apoio de um grupo de professores e estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG), que realizam estudos específicos na área e elaboraram o Plano de Manejo.

Uma das responsáveis técnicas e coordenadora do projeto na sede campestre, Karla Maria Silva de Faria, docente do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG (IESA), explica que o Plano de Manejo consiste em um documento de zoneamento que define as diretrizes de uso da unidade de conservação ambiental. De acordo com ela, os pesquisadores encontraram uma biodiversidade muito rica no território do Adufg-Sindicato, que inclui 76 espécies arbóreas, 18 de mamíferos, 131 de aves, 18 anfíbios, além duas espécies de serpentes. “Esses resultados mostram a importância ambiental da reserva e o seu potencial para a realização de pesquisas e desenvolvimento de programas de educação ambiental, como por exemplo a parceria com escolas”, explica.

Flora

A maior parte da vegetação presente na sede campestre é caracterizada em mata seca, sobretudo em florestas estacional semidecídua e estacional decídua, comuns do Cerrado e Mata Atlântica. Ana Paula de Oliveira, docente do IESA que coordenou os estudos

para o Plano de Manejo na área de vegetação, analisa que, de forma geral, a conservação é boa. “O grau de preservação varia muito da localidade dentro da sede campestre. Há uma região que sofreu queimadas no passado e, agora, está em fase de recuperação. Se observamos o porte das árvores, vamos perceber que a densidade é muito elevada. Mas, para conseguirmos um estágio de preservação mais avançado é importante manter a região toda cercada que, naturalmente a vegetação se recupera”, explica a docente.

Outro ponto esclarecido pela pesquisadora é sobre a presença de espécies ameaçadas, segundo o Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora). Ana Paula pontua que a maioria da vegetação da RPPN não está categorizada como ameaçada, contudo há um grupo seleto de espécies com algum grau de extinção, entre elas sucupira-preta, ipê-roxo e garapa.

Fauna

Docentes e pesquisadores do Núcleo de formação superior indígena Takinahaky, Arthur Bispo e Carlos Bianchi realizaram um estudo amplo sobre as espécies

de mamíferos e aves presentes na sede campestre do Adufg-Sindicato. De acordo com Bispo, por meio de armadilhas fotográficas e censo de registros indiretas, como pegadas e fezes, a equipe conseguiu monitorar as espécies de mamíferos de médio e grande porte. “O maior número de registros que nós conseguimos com a armadilha foi o de tamanduá-bandeira, mas também encontramos animais como Quati-de-cauda-anelada, cachorro-domato, irara, lobo-guará, Cutia, Veado-catingueiro, Tatu-galinha e até uma onça parda e uma jaguatirica, alguns primatas e outras espécies. Apesar de ser uma área pequena, temos uma biodiversidade muito grande”, revela Bispo.

“A maioria das espécies de aves que encontramos são dependentes dos espaços florestais, que são aquelas que se alimentam e se reproduzem, principalmente, em florestas, incluindo o cerradão, as florestas secas e as florestas ribeirinhas”, conta Bianchi. Segundo o docente, os pássaros foram os registros de maior quantidade. “Vimos três espécies que são bastante sensíveis aos distúrbios ambientais e uma espécie que está ameaçada de extinção, o mutum-de-penacho”, conclui.

COMO A NANOTECNOLOGIA PODE COMBATER O CÂNCER

DOCENTE DO INSTITUTO DE FÍSICA, ANDRIS BAKUZIS EXPLICA SUA PESQUISA EM NANOMEDICINA TÉRMICA E APRESENTA RESULTADOS IMPORTANTES PARA A LUTA CONTRA O CÂNCER



Foto: Acervo Pessoal

Docente Andris Bakuzis critica a falta de investimento em pesquisas de ponta

Renato Costa *

**Acadêmico de jornalismo em estágio supervisionado*

Dado o alto número de mortes ocasionadas pelo câncer, uma das maiores causas no mundo, sua detecção precoce e o tratamento efetivo são fundamentais. No Brasil, o Ministério da Saúde estima que 21,4 milhões de novos casos causarão 13,2 milhões de mortes no país até 2030. A nanotecnologia pode mudar esta realidade. O professor do Instituto de Física da Universidade Federal de Goiás (IF-UFG), Andris Bakuzis, apresentou em entrevista ao *Jornal do Professor* um apanhado de sua pesquisa em Nanomedicina Térmica, área da biomedicina ligada à nanotecnologia. O estudo conta com o suporte técnico do Laboratório Multiusuário de Microscopia de Alta Resolução (LabMic-UFG) e é financiado com recursos do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

A equipe sob a orientação de Bakuzis sintetizou uma nanopartícula magnética multifuncional a base de óxido de ferro acrescido de zinco e manganês. Trata-se de um nanocarreador composto por materiais teranósticos, ou radiofármacos com baixa toxicidade, capazes de monitorar calor em tempo real e assim realizar diagnósticos ou interagir com agentes externos, como o laser, e eliminar células cancerígenas.

Mais do que isso, Bakuzis explica que a nanopartícula pode, ainda, promover a ativação do sistema imune através dessas mesmas técnicas chamadas terapia fototérmica e hipertermia magnética.

De acordo com o docente, por meio do calor e do magnetismo é possível aplicar fármacos na região indicada ou ativar o sistema imunológico para o tratamento de metástase. O método ainda está sendo testado em animais. “Atualmente estamos trabalhando em parceria com a professora Elisângela Lacerda, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), tratando tumores em camundongos. Mas, novos testes veterinários, em parceria com a Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) e o Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), coordenados pela professora Marina Pacheco, vão garantir a segurança da aplicação para futuros testes em humanos”, pontua.

Segundo o pesquisador, a nanotecnologia está no mercado desde 1995, sendo os primeiros “nanoprodutos” reconhecidos: o Doxil e o Abraxane, radiofármacos que foram amplamente aplicados. Dada a enorme expectativa da novidade, naquele momento esperava-se que eles pudessem mesmo curar o câncer. Entretanto, ambos resultaram em pouca eficiência na garantia de

sobrevida, mas apesar disso melhoraram a qualidade de vida dos pacientes, diminuindo os efeitos colaterais dos tratamentos convencionais como a quimioterapia. “A nanotecnologia já é uma realidade. Eu acho que o futuro será fantástico para a nanomedicina e vocês verão cada vez mais a aplicação dela em um futuro próximo”, comemora Bakuzis.

O docente lembra que em 2011, a nanopartícula conhecida como Glioblastoma logrou aumentar o tempo de vida de um paciente com tumor cerebral, o que levou a Europa a aprová-lo em tratamento combinado com radioterapia, incrementando a consolidação da tecnologia. Já em 2018, novos testes promoveram a aplicação de nanopartículas em pacientes com sarcoma (câncer nos tecidos conjuntivos), o que aumentou a eficácia da radioterapia e incentivou os estudos em rádio-sensitização para aplicação a pacientes com outros tipos de tumor. “Hoje, são realizadas experimentalmente terapias com nanopartículas sobre as quais se aplica laser como agente externo de ativação também para tratamento de câncer de próstata. Outros usos já são amplamente consolidados como a nanotecnologia para diagnóstico: agente de contraste, detecção de metástase em nódulos linfáticos”, explica.

Apesar disso, para Bakuzis,

as expectativas da nanomedicina térmica estão sobre o uso desta interação para melhorar a eficiência dos tratamentos. “Os testes em camundongos mostraram que é possível localizar a ação das nanopartículas no tumor primário para ativar o sistema imune a regredir tumores secundários espalhados em metástase pelo corpo de camundongos. Mas, também queremos que a nanotecnologia evolua no sentido de prevenção através de diagnósticos precoces e no tratamento de doenças não tratáveis com métodos convencionais. Como é uma tecnologia nova, ela precisa atacar aqueles problemas em que se tem pouca resposta com tecnologias usuais”, pontua.

Investimento

Dada a necessidade de buscar recursos constantemente para realização de todas as fases de pesquisa, a continuidade deste tipo de pesquisa no país está ameaçada. “Estão minguando nos últimos anos as bolsas e o investimento em infraestrutura”, alerta Bakuzis. “Os esforços e recursos investidos em pesquisa de ponta devem ser continuados a longo prazo, permitindo que a ciência atenda ao interesse público de forma ativa, intervindo para salvar vidas e promover o bem-estar dos pacientes”, finaliza.



INFORME JURÍDICO

PROFESSOR QUE SE APOSENTA SEM GOZAR OU COMPUTAR EM DOBRO A LICENÇA-PRÊMIO NO MOMENTO DA APOSENTADORIA DEVER SER INDENIZADO

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação da UFG que pretendia modificar a sentença de primeiro grau no sentido de indeferir o pedido do docente. Constatou do julgamento em segunda instância, já transitado em julgado, “que autor comprovou seu direito adquirido à licença-prêmio em data anterior à edição da Lei nº 9.527/97, bem como a não fruição total da licença, tampouco sua utilização para contagem em dobro quando da aposentadoria, pelo que faz jus à conversão em pecúnia requerida”.

Para o assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, a decisão está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ. “A condenação faz justiça para o docente que por décadas se dedicou a inúmeras atividades na universidade, não sendo justo que fosse prejudicado por não conseguir gozar do direito na época, devendo ser indenizado na proporção de uma remuneração sem desconto de PSS e IRPF por mês que poderia gozar da licença e não conseguiu”.

TRF1 ENTENDE COMO LÍCITA A CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR QUE DESEMPENHAVA 40 HORAS NA UNIVERSIDADE E 30 NO MUNICÍPIO

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, deu provimento ao recurso protocolado pelo docente e fixou a tese de que o impetrante poderia acumular o cargo junto à UFG, em regime de 40 horas, e junto ao município de Goiânia, com jornada de trabalho de 30 horas, havendo compatibilidade de horários, totalizando uma carga semanal de 70 horas.

No acórdão consignaram que, segundo o STF, as regras constitucionais e legais concernentes à acumulação de cargos não se referem à carga horária, mas a compatibilidade de horários. Desse modo, não tendo a Constituição fixado limite de horários para a jornada semanal, é incabível fazê-lo por meio de ato administrativo, não podendo criar regra não prevista na norma matriz.

SERVIDORES PODEM CONVERTER TEMPO ESPECIAL EM TEMPO COMUM

DECISÃO DO STF RECONHECE DIREITO DO SERVIDOR DE USAR TEMPO DE TRABALHO REALIZADO EM AMBIENTES NOCIVOS À SAÚDE NA CONVERSÃO PARA APOSENTADORIA



Foto: Diogo Fleury

Assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Igor Escher, avalia a medida como “grande vitória para a categoria”

Após mais de 30 anos, o direito à aposentadoria especial dos servidores públicos começou a ser efetivamente implementado pela Justiça. O Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito da categoria em converter o tempo de trabalho especial, realizado em ambiente insalubre ou perigoso, em tempo comum para fins de aposentadoria. Com isso, é possível requerer a aposentadoria mais cedo. De acordo com a decisão, a Suprema Corte entendeu que, desde a edição da Lei nº 8.112/1990 até a promulgação da Emenda Constitucional de número 103/2019, é devida a contagem diferenciada aos servidores que trabalharam sob condições nocivas à saúde. Esse novo posicionamento do STF tem sido aceito e replicado por outros tribunais brasileiros.

O assessor jurídico do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais (Adufg-Sindicato), Igor Escher, explica que o marco é uma importante vitória para os servidores públicos, sobretudo para os docentes. De acordo com o

advogado, professores que recebem algum tipo de adicional ocupacional, seja de periculosidade, insalubridade ou raio-x, podem converter esse tempo especial para o tempo comum. “A conversão se dá pela multiplicação do tempo trabalhado por 1,4 se homem e 1,2 se mulher, de forma que pode estar assegurada, além do abono de permanência, a aposentadoria integral daqueles que completaram os requisitos para tal, ao invés de uma aposentadoria calculada pela média, como vinha sendo realizado”, pontua.

Conforme explica o assessor jurídico, a conversão é realizada pela multiplicação do tempo trabalhado por 1,4 (se homem) e 1,2 (se mulher), de forma que pode estar assegurada, além do abono de permanência, a aposentadoria integral daqueles que completaram os requisitos. “O mais importante que o servidor precisa se atentar são os meios que serão usados para comprovar a percepção do adicional, e nesse caso os contracheques dos servidores têm um papel fundamental”, orienta Escher.

O advogado alerta que a Universidade poderá usar eventual afastamento para pós-graduação, pós-doutorado e licenças médicas e/ou gestante. Porém, segundo Escher, a jurisprudência tende a tratar cada licença de forma diferente, pois as licenças para aperfeiçoamento, caso o local a que o servidor fará seu estudo não haja a exposição a agentes nocivos, esse período pode ser desconsiderado para fins da conversão, enquanto as licenças médicas e gestante, são computadas para fins de conversão. “Os professores afastados para pós-graduação e pós-doutorado precisam comprovar que estavam expostos a agentes nocivos à saúde na lotação de suas atividades para que esse período seja computado. Os afastamentos que ocorrem dentro do país possuem uma maior facilidade para que sejam verificados, mas nos casos de afastamento no exterior, o servidor precisa fazer uma prova robusta, com laudos técnicos detalhados sobre a exposição, para que seja possível se requerer a conversão desse período”, completa.

ADUFG MARCA PRESENÇA EM PROTESTOS CONTRA O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

Foto: Diogo Fleury



Ato realizado no dia 29 de maio reuniu milhares de pessoas em carreta até a Praça do Trabalhador

No último mês, as ruas da capital foram tomadas diversas vezes por manifestantes em protesto contra a atuação do Governo Federal na pandemia do coronavírus (Covid-19), bem como a distribuição de vacinas contra o vírus para toda a população. Os ataques à educação e aos serviços públicos como um todo, também mobili-

zaram centrais sindicais, como o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), e movimentos sociais. Pelo menos 85 cidades, entre elas 25 capitais, promoveram atos contra o governo.

Nos dias 29 de maio e 19 de junho, milhares de pessoas se concentraram na Praça Cívica, no Cen-

tro de Goiânia. Com máscaras de proteção facial, os manifestantes também pediram a volta do auxílio emergencial de R\$ 600 para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e lembraram, ainda, as mais de 500 mil pessoas que morreram por causa da pandemia no Brasil. O ato também pediu o impeachment do presidente Jair

Bolsonaro. Muitos manifestantes que optaram por não sair às ruas usaram as redes sociais e se manifestaram contra o governo.

Diversos sindicatos e movimentos sociais participaram dos atos. Entre os manifestantes, estavam também estudantes universitários e representantes de diversas categorias profissionais.

PROFESSOR É PRESO EM TRINDADE POR NÃO RETIRAR DE SEU CARRO FAIXA COM 'FORA BOLSONARO GENOCIDA'



Foto: Divulgação

Adufg-Sindicato emitiu nota de repúdio e solidariedade

O professor da rede pública estadual de Goiás Arquidones Bites Leão foi preso por policiais militares por se recusar a retirar uma faixa do capô do carro com a mensagem "Fora Bolsonaro Genocida". Um vídeo que circula pela Internet mostra o momento em que o tenente Albuquerque diz que vai enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional por calúnia contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Em apoio ao professor, o Sindicato dos Docentes

das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) emitiu nota em que considera a atitude do policial uma "demonstração de censura e violência com o objetivo de defender governantes que agem contra o povo". Outro trecho do documento assinado pela diretoria do Sindicato afirma que "a prisão do professor demonstra claramente que os policiais responsáveis agiram em razão das próprias convicções políticas, demonstrando abuso de autoridade."

REITOR FALA SOBRE SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UFG NA CÂMARA DE GOIÂNIA

A situação orçamentária da Universidade Federal de Goiás foi pauta da Tribuna Livre da Sessão Plenária da Câmara Municipal de Goiânia, no dia 27/05. A convite dos vereadores Anselmo Pereira, Aava Santiago e Mauro Rubem, o reitor Edward Madureira lembrou que a situação já era anunciada desde agosto de 2020, devido ao corte de 18% nos recursos das universidades federais na lei orçamentária.

Segundo Madureira, em 2014, as despesas discricionárias eram de R\$ 7,4 bilhões, para as 63

federais existentes à época. Em 2020, o número caiu para R\$ 5,3 bilhões e, em 2021, o montante é de R\$ 4,3 bilhões. "Se atualizarmos o valor de 2014 para 2021 corrigido pelo IPCA, estaríamos falando nesse ano de R\$ 10,7 bilhões para as universidades federais, e a gente tem R\$ 4,3 bilhões", enfatizou Edward.

O reitor argumentou, ainda, que a universidade está funcionando, mesmo diante das dificuldades, porque fez vários cortes, em áreas como manutenção predial, segurança, limpeza e acessibilidade.

Foto: Alex Katira



Edward Madureira apresentou situação iminente da UFG

“MESMO SABENDO QUE NÃO, A GENTE DEVE VIVER COMO SE FOSSE IMORTAL”

PARAFRASEANDO O ESCRITOR LUÍS FERNANDO VERISSIMO, O MÉDICO, PROFESSOR E SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS, JOSÉ GARCIA NETO, DECLARA O SEU AMOR PELA VIDA, CONHECIMENTO, MEDICINA, E DOCÊNCIA

Luciana Porto

“Não gosto muito de falar sobre mim”, avisou o médico, professor e superintendente do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, José Garcia Neto. O “tique tique” da caneta demonstrava a ansiedade do docente de estar em frente às câmeras. Na primeira pergunta, Garcia se limitou a responder que vários fatores o levaram à medicina. Estimulado a falar sobre essas razões, o cirurgião cardiovascular abriu o seu baú e revelou fascinantes histórias sobre a sua trajetória.

A origem de todo o conhecimento e ciência está no ser humano. Garcia explica que se interessou pela medicina por curiosidade e desejo de conhecer mais sobre a condição de vida humana. Segundo o médico, as explicações religiosas nunca foram suficientes e, por isso, era fundamental para ele chegar até a origem de tudo. “Ao contrário do que muitos pensam, eu não acredito que nós estamos na Terra para sofrer. Eu creio que a vida só vale a pena se for para ser bem vivida. O sofrimento existe? Sim, ele existe. Mas, a função da vida é lutar contra o sofrimento. E a pior luta que podemos travar é contra a nossa própria deterioração, ou seja, as doenças. Por isso, eu digo que a guerra da medicina é contra a natureza humana, que é a de nascer, crescer e morrer. A minha ideia como médico é transformar o ser humano em imortal. Por mais que seja utópico, é assim que eu gosto de viver, e acredito que é assim que todos deveriam viver”, aspira.

Mesmo sabendo que não poderia conceder a imortalidade ao ser humano, Garcia usa esse sonho para ajudar pessoas a superarem problemas de saúde e também prolongar a vida dos seus pacientes. Ele comenta que a sua busca pelo conhecimento sempre se deu em função de entender o funcionamento de todos os processos do corpo e mente humanos. “Quanto mais eu aprendo, mais eu posso ajudar as pessoas. A consciência humana é tão interessante e conhecemos muito pouco, talvez nunca chegaremos ao ponto de entendê-la totalmente, em nosso estágio atual. Somos a única consciência que o universo tem, não posso afirmar que existem outras. Isso traz para nós essa responsabilidade de tentar conhecer o máximo possível, e não há para mim outra razão para existir se não essa.”



Foto: Diogo Fleury

José Garcia Neto está onde sempre quis estar: no hospital e na sala de aula

Academia

A ambição pelo conhecimento levou Garcia às vias da docência. O médico conta que nunca enxergou que a sua capacidade de aprender tivesse um fim, ou seja, para ele, o ser humano está constante evolução. De acordo com ele, a figura do professor é um facilitador do aprendizado. “A erudição tem a sua beleza, mas também tem dificuldade de atingir grandes massas, e esse é o meu objetivo enquanto docente: facilitar o máximo possível o conhecimento”, explica. “Enquanto eu estava cursando medicina, fui professor no ensino médio. Quando eu subi no palco para falar e percebi que os alunos estavam entendendo aquilo que tinha intenção de passar, eu me senti realizado. Ali, eu vi que

mais do que ser médico, eu queria passar o meu conhecimento adiante”, recorda o superintendente do Hospital das Clínicas.

“Minha vida sempre foi muito bem planejada, e tudo que eu planejei não aconteceu”. Acaso, assim define o decorrer da sua carreira ao longo dos anos. Garcia conta que sempre gostou de estudar, desde o ensino básico, e chegou a sofrer bullying dos colegas por isso. Ele revela que não entendia o motivo das pessoas o caçoarem e, muito menos, o porquê delas não gostarem de estudar também. “Agnóstico sobre tudo na vida, eu não tenho certeza de nada. Eu nunca soube dizer se foi Deus quem me fez assim, se a natureza que me fez diferente. Eu sei apenas que eu sempre fui

diferente da maioria”, pontua.

Egresso do curso de medicina da UFG e sobrevivente do autoritarismo do regime militar (1964 a 1985), Garcia fala que ao escolher a sua especialidade médica pensou em seguir o mesmo caminho do irmão, o já falecido neurocirurgião e ex-prefeito de Goiânia, Paulo Garcia. Porém, foi aconselhado por ele a buscar outra área para diversificar o conhecimento da família. “Pensei, já que não vou trabalhar com o cérebro, eu quero atuar com outra área mais nobre. Então escolhi o coração.”

Ao concluir todas as fases da especialização, o professor se candidatou ao voluntariado no hospital universitário da UFG. “Depois que entrei no HC eu não tive mais vontade de trabalhar em nenhum outro hospital. Eu trabalhei em quase todos hospitais privados de Goiânia, vários em São Paulo, e quanto mais eu atuava em instituições privadas, mais eu sentia vontade de voltar para o hospital universitário.”

Por seis meses, Garcia atuou como médico voluntário no Hospital das Clínicas. O fim do contrato coincidiu com a abertura de concurso público para professor substituto, cargo que o médico ocupou por dois anos. Em seguida, outro concurso, desta vez para professor titular, levou Garcia de vez para o ensino e pesquisa. “Quanto mais eu me engajava na UFG, mais eu ia deixando para trás os hospitais privados”, lembra.

Depois de passar por várias coordenações, o docente percebeu que gostaria de estar à frente da direção do Hospital das Clínicas. Para ele, por mais mórbido que pareça, o ambiente hospitalar é prazeroso. “As pessoas acham que gostar de hospital é estranho, mas para mim aqui é a minha casa. Eu faço exatamente o que eu pensava em fazer coordenando um hospital, porque atuo como médico e ao mesmo tempo ajudo todos os outros médicos. Eu deixo de usar apenas as minhas mãos para ajudar um série de outras mãos a salvarem vidas. Me sinto parte de algo muito maior do que se tivesse sentado num consultório atendendo um por um, e no fim do dia chegar a somente 20 atendimentos. Aqui nós realizamos 5 mil atendimentos por dia, e eu me sinto parte de cada um desses 5 mil”, revela.